



Mercado reduz previsão da inflação para 3,97% este ano

Ministros defendem mais parcerias em investimentos em infraestrutura

Página 6

Presidente defende parceria com a China para produção de vacina

Página 4

Motta anuncia que iniciará tramitação de PEC que acaba com escala 6x1

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), anunciou na segunda-feira (9) que encaminhou a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que acaba com a jornada de trabalho 6x1 (6 dias de trabalho e um de descanso) para a CCJ (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania).

Segundo Motta, depois de passar pela CCJ, que analisa a constitucionalidade das propostas, será criada uma comissão especial na Casa para debater o texto. O deputado afirmou que "todos os setores" serão ouvidos "com equilíbrio e responsabilidade para entregar a melhor lei para os brasileiros".

"O mundo avançou, principalmente na área tecnológica, e o Brasil não pode ficar para trás", escreveu Motta em publicação no X (ex-Twitter).

O texto que prevê o fim da 6x1 que será analisado pelos deputados é a PEC apresentada por Erika Hilton (PSOL-SP), a qual foi apensada a proposta de Reginaldo Lopes (PT-MG).

A PEC de Lopes, assim como a de Erika, altera o artigo 7º da Constituição, criando a jornada máxima de 36 horas semanais, que podem ser distribuídas ao longo da semana como o empregador achar melhor. Por dia, o limite de trabalho é de 10 horas.

Os trabalhadores poderão ter jornada de 5x2, segundo a PEC de Lopes, em setores como o de bancos, por exemplo, trabalhando sete horas diárias. Na de Erika, no entanto, são quatro dias de trabalho.

O presidente da Câmara ainda defendeu, em comunicado divulgado pela assessoria de imprensa, a construção de uma proposta que "é mais justa possível" e declarou que, quando a carteira de trabalho foi criada, "também fizeram pessimas projeções".

"Não tenho dúvidas que a escala 6x1, vindo a ser discutida e diminuída essa jornada de trabalho, nós vamos dar um passo firme na dignidade do trabalhador promovendo mais qualidade de vida e respeito a essas pessoas que movem o nosso país", afirmou.

O fim da escala 6x1 é uma das prioridades para o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O tema deve ser explorado pela gestão, mirando a reeleição do petista em outubro. O Planalto acredita que a proposta tem forte apelo popular.

Como mostrou a Folha em janeiro, o governo Lula busca aproveitar a reaproximação com Motta para convencê-lo a impulsivar projeto que acaba com esse regime de trabalho. (Folhapress)

SP inicia vacinação contra a dengue e Instituto Butantan anuncia investimento de R\$ 1,4 bilhão em novas fábricas e modernização



Foto: Governo de SP

Página 2

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - referência oficial da inflação no país - passou de 3,99% para 3,97% em 2026.

A estimativa está no boletim Focus da segunda-feira (9), pesquisa divulgada semanalmente, em Brasília, pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Para 2027, a projeção da inflação se manteve em 3,8%. Para 2028 e 2029, as previsões são de 3,5% para os dois anos.

Pela quinta semana seguida, a previsão para a inflação de 2026 foi reduzida e está dentro do intervalo da meta para a variação de preços que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5%, e o superior, 4,5%.

A primeira divulgação sobre o IPCA de 2026 será feita nesta terça-feira (10) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com o índice de janeiro. Página 3

Acordo Paulista: mutirão renegocia dívida ativa em IPVA e ICMS com descontos

Página 2

Covid-19 mata 29 pessoas em janeiro no Brasil

Página 4

DÓLAR

Comercial	Turismo
Compra: 5,19	Compra: 5,21
Venda: 5,19	Venda: 5,39

EURO

Compra: 6,17	Turismo
Venda: 6,18	Venda: 6,39

Esporte

MOTO1000GP renova parceria com a Motul para a temporada 2026



Em 2026, a GP1000 terá naming sponsor da Motul e passa a chamar GP1000 by Motul

Motul. Em 2024 e 2025, a etapa encerrou o calendário do MOTO1000GP como Super Final da competição. Para 2026, o GP Motul passa a abrir a temporada, com a primeira etapa marcada para 12 de abril, no Autódromo de Interlagos, em São Paulo (SP). O evento tem papel estratégico para a marca ao ampliar a conexão com os fãs da motovelocidade e fortalecer o relacionamento com clientes e parceiros.

"É muito importante a renovação da Motul para a temporada 2026. Desde o início do processo de reestruturação do campeonato, em 2023, a Motul tem sido uma parceira constante, acompanhando e apostando no crescimento, na evolução e no profissionalismo do projeto. Entrou como lubrificante oficial e, posteriormente, apoiou a categoria de formação, fundamental para reduzir custos e ampliar o grid. Agora, como naming sponsor da GP1000, reforça sua presença na categoria que reúne os principais pilotos e equipes da América Latina, com alto nível técnico e participação internacional", destaca Gilson Scudeler, CEO do MOTO1000GP.

A temporada 2026 também marca a terceira edição do GP Porthack Racing anuncia Enzo Falquete para um Peugeot 308 GTI TCR

A renovação da parceria com o MOTO1000GP está alinhada à estratégia global da marca no motociclismo. A empresa anunciou recentemente a extensão de seus acordos com o MotoGP e o World SuperBike até 2030, mantendo presença e o desenvolvimento contínuo de produtos nas principais competições do mundo.

"A competição está no DNA da Motul. É nas pistas, em cenários extremos e sob condições imprevisíveis, que a testamos e desenvolvemos nossos produtos, colocando a prova anos de pesquisa e inovação de toda a sua linha. A experiência no automobi-

lismo e no motociclismo é parte fundamental da construção da marca, que não seria a mesma sem as pistas. A Motul celebra a renovação do contrato com o MOTO1000GP, reafirmando sua confiança na solidez e na relevância do projeto, desenvolvido em parceria com a organização. Para 2026, a expectativa é de um ano de consolidação da parceria e de continuidade no fortalecimento da categoria", completa Luan Maria, gerente de marketing da Motul Brasil.

Fundada em 1853, a Motul é uma empresa francesa com atuação global, especializada na for-

mulação, produção e distribuição de lubrificantes de alto desempenho para motores de duas rodas, automóveis e veículos pesados, além de soluções para aplicações industriais por meio da Motul Tech. Presente no Brasil desde 1992, a marca utiliza as competições como principal laboratório para o desenvolvimento de seus produtos, com apoio a equipes e campeonatos nacionais e internacionais.

O MOTO1000GP, que é o Campeonato Brasileiro de Motovelocidade, segue todos os protocolos de segurança exigidos pela Confederação Brasileira de Motociclismo (CBM) e pela Federação Internacional de Motociclismo (FIM). O campeonato conta com o patrocínio da Yamaha, Triumph, Honda, Motul, Pirelli, BMW Motorrad, Suhai Seguradora e Ducati, e o apoio da Revista Duas Rodas e da plataforma Motorsport.com. As corridas são transmitidas no canal do YouTube do MOTO1000GP, no BandSports em rede nacional e em sete países pelo canal New Brasil, também do Grupo Bandeirantes de Comunicação, além do Canal RACER Brasil.

Porthack Racing anuncia Enzo Falquete para um Peugeot 308 GTI TCR

A segunda temporada da Porthack Racing no TCR South America Banco BRB terá duas novidades importantes com a chegada do brasileiro Enzo Falquete à equipe e a mudança de marca, deixando a Honda para incorporar ao seu plantel um Peugeot 308 GTI TCR.

Falquete, piloto de 18 anos e grande promessa do automo-

bilismo brasileiro, já tem experiência em carros de turismo por sua participação no Turismo Nacional do Brasil, na Stock Car Light e na Copa Hyundai HB20, onde ficou campeão no último ano. Antes de iniciar sua carreira profissional, o brasileiro fez parte de diferentes categorias de karting, onde obteve grandes resultados tanto em competições nacionais quanto internacionais.

Para a Porthack, a mudança de marca será um dos maiores desafios de sua chegada à categoria. No primeiro ano de experiência, contou com Enzo Gianfratti e Fernando Croce a bordo de um Honda Civic Type R FK7, conquistando vitórias em várias ocasiões na Copa Trophy. Agora, terá em suas fileiras um Peugeot 308 GTI TCR que na temporada 2025 conseguiu vár-

peti durante quatro anos no campeonato de karting Rotax e foi vice-campeão por dois anos. Agradeço aos meus patrocinadores que tornaram isso possível: PH Empreendimentos, Dubai Mall e G.Racing, e à equipe Porthack Racing pela oportunidade e pela confiança depositada no meu trabalho," disse o piloto.

Estado tem 12,8 mil vagas de emprego nesta semana

Os Postos de Atendimento ao Trabalhador (PATs) do Governo de São Paulo oferecem, nesta segunda-feira (9), 12.836 vagas de emprego. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico conta com mais de 200 unidades de atendimento espalhadas por todo o estado para auxiliar quem está em busca de emprego. Além dos PATs, os trabalhadores de São Paulo contam com o Trampolim, plataforma que reúne vagas de emprego e cursos de qualificação.

Para usar um serviço do PAT em seu município, é necessário levar RG, CPF e Carteira de Trabalho.

Além das vagas, os PATs oferecem atendimento e serviços gratuitos para trabalhadores, como a habilitação ao Seguro-Desemprego. É importante lem-

brar que as vagas podem ser preenchidas a qualquer momento e o número pode variar ao longo do dia.

Trampolim

A plataforma Trampolim reúne vagas de emprego e cursos de qualificação em um só lugar. Por lá, o candidato pode aplicar filtros para vagas de acordo com a área e com a localização de sua preferência. Além disso, também encontram cursos de qualificação para conseguir concorrer às melhores vagas.

O Trampolim é uma plataforma digital gratuita. Além de apresentar uma curadoria de vagas de emprego e cursos, ela também oferece testes de habilidades e uma ferramenta para criação de



Para usar um serviço do PAT em seu município, é necessário levar RG, CPF e Carteira de Trabalho

curriculum profissional.

Há também uma seção dedicada exclusivamente para o público idoso que busca recolocação profissional. Por lá, o público 60+ consegue acessar microcrédito e cursos de qualificação profissional. Saiba mais no site do Trampolim.

Postos de Atendimento ao Trabalhador

O Governo de São Paulo conta com mais de 200 Postos de Atendimento ao Trabalhador (PATs), presentes em todo o estado. O equipamento concentra serviços gratuitos à população, destinados à geração de emprego e renda.

Os PATs realizam a intermediação de mão de obra. O objetivo

é promover a recolocação do trabalhador no mercado de trabalho por meio de buscas junto ao Sistema Nacional de Emprego (SINE). Assim, o equipamento reduz os custos e o tempo de espera tanto para o trabalhador quanto para o empregador.

Além disso, nos PATs, o cidadão também encontra o serviço de habilitação ao seguro-desemprego. Assim, o trabalhador desempregado tem acesso a assistência financeira temporária em virtude da dispensa sem justa causa.

Para atendimento nas unidades, deve-se comparecer diretamente ao Posto mais próximo com RG, CPF e Carteira de Trabalho. (Governo de SP)

CESAR NETO



www.journalistacesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

Mercado político 2026 : completando 46 anos, o PT 'Lulista', segue com o presidente [aos 80 anos], que segue negociando com donos(as) e sócios(as) preferenciais [de várias pessoas jurídicas de direito privado]

PREFEITURA (São Paulo)

Mercado político 2026 : completando 60 anos em 2025, o MDB [do agora sócios preferencial e prefeito da capital Ricardo Nunes] segue negociando com o governador Tarcísio Freitas [candidato à reeleição pelo ex-PRB]

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Mercado político 2026 : completando 15 anos, o PSD [do re-fundador e dono Gilberto Kassab] segue adquirindo deputados(as) pra sua bancada, incluindo os ex-presidentes da mesa - Barros Munhoz e Carlão Pignatari

GOVERNO (São Paulo)

Mercado político 2026 : completando 21 anos, o Republicanos [fundado dentro da igreja Universal] segue com seu sócio preferencial Tarcísio Freitas negociando com o PL do Costa Neto e o MDB regional [do Temer / Baleia]

CONGRESSO (Brasil)

Mercado político 2026 : completando 60 anos, o PP [ex-Arena] do dono Ciro Nogueira e o União [completando 5 anos] segue negociando com 'centros' regionais [nos Estados] e até com o Lulismo (PT), se for pra voltar ao poder

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Mercado político 2026 : completando 41 anos [e ainda dominado pela família Araujo], o PSB segue negociando pela ficada do ex-PSDB e atual vice Geraldo Alckmin, talvez até pra que seja eleito o Senado pelo Estado (SP)

HISTÓRIAS

Segundo a Literatura Bíblica [embora o Cristo esteja Sentado no Trono do Único e Verdadeiro DEUS Criador] não há e nunca haverá partidos nos moldes terrestres. A Promessa é de que Havrá é Um Governo Justo e Eterno

ANO 34

O jornalista Cesário Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nessa coluna [diária] de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP)... por ter se tornado referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetoreal

cesar@journalistacesarneto.com

A PALAVRA - "Se confessarmos os nossos pecados, ele é fiel e justo para nos perdoar os pecados e nos purificar de toda injustiça". 1 João 1:9

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00

Matriz:
Rua Paulo Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

Agências de notícias

Agência Brasil - EBC
Notícias Agrícolas
Folhapress

Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiapsp.com.br
Site: www.jornalodiapsp.com.br

Acordo Paulista: mutirão renegocia dívida ativa em impostos como IPVA e ICMS com descontos

A Procuradoria Geral do Estado de São Paulo realiza na próxima quarta-feira (11) um mutirão para atendimento presencial para esclarecer dúvidas e auxiliar os interessados em aderir ao programa Acordo Paulista, do Governo de SP.

O Acordo Paulista é o maior programa de recuperação fiscal do Governo do Estado de São Paulo e foi criado para ajudar contribuintes a liquidar débitos como ICMS, IPVA, ITCMD e multas do Procon já inscritos na dívida ativa do Estado, oferecendo uma série de benefícios, como:

desconto de até 100% dos juros e multas (limitado a 75% do valor total da dívida), conforme o grau de recuperabilidade;

opções de parcelamento em até 120 prestações;

uso de créditos de precatórios e créditos acumulados de ICMS para quitação;

dispensa de garantias para dívidas de difícil recuperação em parcelamentos de curto prazo.

Este é o quarto edital de renegociação lançado pelo Governo de São Paulo. Nos últimos dois anos, o programa renegociou R\$ 58,4 bilhões.

Os mutirões ocorrem no próximo dia 11 de fevereiro nas unidades do Poupatempo da Sé (Capital), de Campinas, Ribeirão Pre-

to e Bauru (veja programação abaixo). O atendimento é presencial e totalmente gratuito.

ADESÃO

A inscrição para participar do programa deve ser feita somente pela Internet, no site www.acordopaulista.sp.gov.br até o dia 27 de fevereiro.

SP na Direção Certa

O Acordo Paulista é uma das frentes do plano São Paulo na Direção Certa, que reúne ações voltadas à modernização da administração pública, à eficiência do gasto e ao fortalecimento dos in-

vestimentos. A iniciativa mostra, na prática, como uma gestão pública orientada pela responsabilidade fiscal, inovação e diálogo com o contribuinte é capaz de produzir resultados concretos e sustentáveis.

Com o Acordo Paulista, o Estado de São Paulo reafirma seu compromisso com a gestão fiscal responsável, a promoção da justiça tributária e o incentivo à regularização voluntária de dívidas, sem abrir mão da eficiência, do diálogo com o contribuinte e da transparéncia. (Governo de SP)



nais, que são produzidas a partir do próprio agente infecioso morto ou atenuado, a vacina de mRNA é produzida de forma sintética utilizando parte da sequência genética do agente infecioso. Inicialmente, essa plataforma será utilizada para o desenvolvimento de uma vacina contra a Covid-19 e outra vacina contra a raiva.

Planta para produção de IFA da vacina contra HPV

Uma das obras mais importantes para o SUS é a construção de uma planta para a produção de IFA da vacina tetravalente contra o Papilomavírus Humano (HPV), reformada a unidade de produção e desenvolvimento de vacinas com a tecnologia de RNA mensageiro (mRNA) para produção do Insumo Farmacêutico Ativo (IFA); construída uma nova fábrica para produção do IFA da vacina dTPa (difteria, tétano e coqueluche); e reformado o prédio de produção de soros e criação de uma nova área de envase e liofilização do produto. Todas as obras serão feitas na área fabril já existente do Instituto Butantan.

Com os investimentos, será construída uma fábrica de vacinas tetravalente contra o Papilomavírus Humano (HPV), tecnologia de ponta que nos permitirá dar respostas mais rápidas às exigências da saúde pública.

O Instituto Butantan chega a 125 anos celebrando sua história e se tornando parte central

do processo de busca por autossuficiência na produção de imunobiológicos no Brasil", afirma Esper Kallás, diretor do Instituto Butantan.

O evento também celebrou o começo da vacinação contra a dengue com a Butantan-DV, tornando São Paulo o primeiro estado a iniciar a imunização com a vacina de dose única desenvolvida pelo Instituto Butantan. As primeiras aplicações foram realizadas em profissionais da atenção primária à saúde, nas dependências do próprio Instituto.

O momento simbólico marcou a imunização de agentes comunitários de saúde da capital paulista.

Lucimere Francisca Coelho e Francisca Raquel de Oliveira.

Para o início da campanha, o Programa Nacional de Imunizações (PNI) enviou 99 mil doses ao estado.

A estimativa é que cerca de 216 mil profissionais da atenção básica, entre médicos, enfermeiros, agentes comunitários de saúde e demais autoridades, sejam imunizados ao longo da ação.

"É emocionante para todos que trabalhamos no desenvolvimento dessa vacina vê-la chegar aos braços dos imunizantes

nasal, que são produzidas a partir do próprio agente infecioso morto ou atenuado, a vacina de mRNA é produzida de forma sintética utilizando parte da sequência genética do agente infecioso.

Inicialmente, essa plataforma

será utilizada para o desenvolvimento de uma vacina contra a Covid-19 e outra vacina contra a raiva.

O novo prédio vislumbra a produção do IFA diretamente no Instituto Butantan e terá capacidade produtiva para 20 milhões de doses ao ano.

Nova fábrica de IFA para vacina DTPa

Os recursos também irão contemplar a construção de uma nova fábrica para produção do IFA para a vacina contra a difteria, tétano, pertussis (coqueluche), que permitirá a produção anual de 6 milhões de doses de dTPa-tríplice bacteriana acelular tipo adulto, que protege contra difteria, tétano e coqueluche – e 1 milhão de doses de DT, que previne difteria e tétano, indicada a partir de 7 anos.

Reforma da unidade de produção de soros

O pacote contempla, ainda, a reforma do prédio de produção de soros e criação de uma nova área de envase e liofilização, permitindo dobrar a capacidade produtiva da unidade, que aumentará a produção anual de 600 mil frascos de soro para 1,2 milhão de frascos. Já com a nova área de envase, o Instituto Butantan terá capacidade para enviar anualmente 5,2 milhões de frascos na forma líquida e 7,1 milhões de doses na forma liofilizada, tanto de soros como de vacinas. (Governo de SP)

Mercado reduz previsão da inflação para 3,97% este ano

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - referência oficial da inflação no país - passou de 3,99% para 3,97% em 2026.

A estimativa está no boletim Focus da segunda-feira (9), pesquisa divulgada semanalmente, em Brasília, pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Para 2027, a projeção da inflação se manteve em 3,8%. Para 2028 e 2029, as previsões são de 3,5% para os dois anos.

Pela quinta semana seguida, a previsão para a inflação de 2026 foi reduzida e está dentro do intervalo da meta para a variação de preços que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3% com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5%, e o superior, 4,5%.

A primeira divulgação sobre o IPCA de 2026 será feita nesta terça-feira (10) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com o índice de janeiro.

Em dezembro, a alta no preço dos transportes por aplicativo e das passagens aéreas fez a inflação chegar a 0,33%, acima do aumento de 0,18% registrado em novembro. O resultado fez o IPCA



acumular alta de 4,26% em 2025.

Taxa Selic

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros (Taxa Selic), definida atualmente em 15% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC. Apesar do recuo da inflação e do dólar, o colegiado não mexeu nos juros pela quinta vez seguida.

A taxa está no maior nível desde julho de 2006, quando estava em 15,25% ao ano. Em comunicado, o Copom confirmou que começaria a reduzir os juros na reunião de março, caso a inflação se mantenha sob controle e não haja surpresas no cenário econômico.

A estimativa dos analistas de mercado é que a taxa básica de juros caia para 12,25% ao ano até

fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, diminuindo o controle sobre a inflação e estimulando a atividade econômica.

PIB e câmbio

Nesta edição do boletim Focus, a estimativa das instituições financeiras para o crescimento da economia brasileira este ano permanece em 1,8%. Para 2027, a projeção para o Produto Interno Bruto (PIB, a soma dos bens e serviços produzidos no país) também ficou em 1,8%. Para 2028 e 2029, o mercado financeiro estima expansão do PIB em 2% para os dois anos.

Puxada pelas expansões da indústria e da agropecuária, no terceiro trimestre de 2025, a economia brasileira cresceu 0,1%, o que é considerado pelo IBGE como estabilidade. A divulgação do PIB consolidado de 2025 está agendada pelo IBGE para 3 de março.

Em 2024, o PIB fechou com alta de 3,4%. O resultado representa o quarto ano seguido de crescimento, sendo a maior expansão desde 2021, quando ele alcançou 4,8%.

A previsão da cotação do dólar está em R\$ 5,50 para o fim deste ano. No final de 2027, estima-se que a moeda norte-americana fique nesse mesmo patamar. (Agência Brasil)

o final de 2026, a mesma previsão do boletim Focus da semana passada. Para 2027 e 2028, a previsão é que a Selic seja reduzida novamente para 10,5% ao ano e 10% ao ano, respectivamente. Em 2029, a taxa deve chegar a 9,5% ao ano.

Juros Quando o Copom aumenta a Selic, a finalidade é conter a demanda aquecida e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Assim, taxas mais altas também podem dificultar a expansão da economia.

O banco ainda considera outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas.

Quando a Taxa Selic é reduzida a tendência é que o crédito

BRB apresenta ao BC plano para recompor capital após perdas com Master

O Banco de Brasília (BRB) entregou na sexta-feira (6) ao Banco Central (BC) o Plano de Capital com medidas para recompor o balanço e reforçar a liquidez da instituição num prazo máximo de 180 dias.

O documento foi apresentado pessoalmente pelo presidente do banco, Nelson Antônio de Souza, ao diretor de Fiscalização do BC, Gilneu Vivian. O secretário de Economia do Distrito Federal, Daniel Izaias, também foi ao encontro.

Segundo o BRB, o plano reúne ações preventivas que serão implementadas caso figure provada a necessidade de aporte do governo do Distrito Federal (GDF), o que dependerá da conclusão das investigações em andamento.

O banco afirma que a iniciativa busca garantir a sustentabilidade da instituição, preservar a estabilidade das operações e assegurar transparência a clientes, investidores e parceiros.

Em comunicado oficial, o BRB não mencionou valores.

No entanto, em depoimento à Polícia Federal no fim do ano passado, o diretor de Fiscalização do BC, Ailton de Aquino, disse que as operações com o Banco Master provocaram um rombo de R\$ 5 bilhões no balanço do BRB.

O banco não detalhou as ações apresentadas ao BC. Apenas informou que o plano protege os clientes do BRB e garantem o funcionamento da instituição.

"Elaborado para garantir a sustentabilidade da instituição, o plano fortalece o capital institucional e assegura a estabilidade das operações. O banco reafirma seu compromisso com a transparência, com a proteção de clientes, investidores e parceiros, e com a adoção de todas as medidas necessárias para preservar a integridade e a continuidade de suas atividades", limitou-se a informar a nota do BRB.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

Segundo o jornal O Estado de S. Paulo, o banco distrital teria vendido cerca de R\$ 5 bilhões em

ativos de alta qualidade – como crédito consignado e antecipação de saques do Fundo de Garantia – para conter a fuga de capitais após a liquidação do Banco Master e o avanço das investigações sobre operações consideradas irregulares.

O jornal também informou que o BRB negocia a venda de quase R\$ 1 bilhão em carteira de crédito concedidas a estados e municípios, com garantias do Tesouro Nacional, operação que pode render cerca de R\$ 730 milhões em valor presente. O banco também tenta desfazer-se de fundos de investimento adquiridos pelo próprio Banco Master.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

Segundo o jornal O Estado de S. Paulo, o banco distrital teria vendido cerca de R\$ 5 bilhões em

ativos de alta qualidade – como crédito consignado e antecipação de saques do Fundo de Garantia – para conter a fuga de capitais após a liquidação do Banco Master e o avanço das investigações sobre operações consideradas irregulares.

O jornal também informou que o BRB negocia a venda de quase R\$ 1 bilhão em carteira de crédito concedidas a estados e municípios, com garantias do Tesouro Nacional, operação que pode render cerca de R\$ 730 milhões em valor presente. O banco também tenta desfazer-se de fundos de investimento adquiridos pelo próprio Banco Master.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital dependem de aprovação da Câmara Legislativa do DF. O plano tem como objetivo injetar liquidez, reduzir o tamanho da instituição e diminuir a necessidade de novos aportes do controlador em um contexto de restrições fiscais.

As medidas que envolvem recursos do governo distrital depend

Minha Casa, Minha Vida Entidades Urbanas recebe propostas até terça

Covid-19 mata 29 pessoas em janeiro no Brasil

Ao menos 29 brasileiros morreram em janeiro deste ano por complicações em decorrência da Covid-19, segundo o informativo Vigilância das Síndromes Gripais. A informação coloca a SarsCov-2 como o vírus mais mortal entre os identificados para os brasileiros nesse mês. Os números podem aumentar, pois parte das investigações sobre causas de óbito ainda está em andamento e pode não estar atualizada.

Das 163 mortes causadas por Síndromes Respiratórias Agudas Graves (SRAG) nas primeiras quatro semanas deste ano, 117 não tiveram o principal vírus causador identificado.

A mais letal, com 29 casos, foi a Covid-19, seguida pela Influenza A H3N2, com sete casos, pelo Rinovírus, com sete casos, e pela Influenza A não subtipada, com seis casos.

Vírus

Os demais vírus -H1N1, Influenza B e VSR- somaram cinco mortes. Ao todo, 4.587 casos, incluídos os não letais, foram registrados no período, dos quais 3.373 não tiveram os vírus causadores identificados. O estado com mais mortes confirmadas foi São Paulo: 15 óbitos em 140 casos registrados. As mortes atingiram princi-

palmente os idosos com mais de 65 anos: 108 no total. Entre os casos com identificação de SarsCov-2, 19 tinham mais de 65 anos. Dados de vacinação indicam que a cobertura está abaixo do considerado ideal.

Desde 2024, a vacina contra a Covid-19 foi incluída no calendário básico de vacinação de três grupos: crianças, idosos e gestantes.

Além disso, pessoas que fazem parte de grupos especiais devem reforçar a imunização periodicamente. No entanto, cumprir esse calendário tem sido um desafio no Brasil.

Vacinas

A cobertura, no entanto, está longe do ideal. Em 2025, de cada dez doses distribuídas pelo Ministério da Saúde a estados e municípios, menos de quatro foram utilizadas. Foram, ao todo, 21,9 milhões de vacinas, e apenas oito milhões aplicadas.

Dados da plataforma Info-gripe - da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) - que monitora a ocorrência da chamada síndrome respiratória aguda grave (SRAG), mostram que, em 2025, pelo menos 10,410 pessoas adoeceram com gravidade após a infecção pelo coronavírus, com cerca de 1,7 mil mortes. (Agência Brasil)

Move Brasil liberou quase R\$ 2 bi para financiar caminhões

Em evento em Guarulhos (SP), o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, disse no domingo (8) que o programa Move Brasil liberou aproximadamente R\$ 2 bilhões em financiamentos para renovação da frota de caminhões no primeiro mês de vigência.

O programa busca substituir veículos antigos e retornar o ritmo de vendas, que havia recuado 9,2% em 2025. Em relação aos modelos pesados, voltados para transporte de longas distâncias, a retração foi mais acentuada, de 20,5% ante 2024.

Segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), o mercado de caminhões iniciou o ano em retração de 34,67% (em relação a janeiro de 2024).

Para Alckmin, a queda nas vendas está relacionada à alta taxa de juro no país.

"Temos recorde de safra, com aumento de 17,9%. Também de exportação, com US\$ 349 bilhões, e uma corrente de comércio de US\$ 629 bilhões. Esses produtos precisam chegar a portos e aeroportos. Qual foi o problema? A taxa de juros. Normalmente, quem compra esse tipo de bem de uso duradouro financia, é difícil comprar à vista. Eu vou e finançio. A taxa estava em 22%, 23% ao ano, e a resposta foi boa, cerca de R\$ 1,9 bilhão neste começo", destaca.

Dono de uma empresa de transportes em Santa Isabel, na região metropolitana de São Paulo, Orlando Boaventura pegou empréstimo pelo Move Brasil. A empresa, familiar, tem 30 funcionários e existe há 20 anos. Com os recursos, compraram o 29º caminhão.

"Um modelo novo gasta hoje até R\$ 200 a menos em combustível em uma viagem daqui para o Rio de Janeiro, por exemplo. A gente busca a renovação da frota e essa taxa de juros é adequada, está dentro do nosso padão. Conseguimos um bom preço e achamos que era o melhor momento para comprar", contou. A empresa deve contratar mais cinco trabalhadores este ano.

O representante dos trabalhadores, Wellington Damasceno, do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, destacou o esforço conjunto de empresas, sindicatos e do governo federal para elaboração do programa, que visa a manutenção dos empregos no setor, como a diminuição das emissões de carbono e a transição para modelos de logística mais sustentáveis.

As organizações sem fins lucrativos interessadas em participar do Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades Urbanas (MCMV-Entidades) devem enviar, até esta terça-feira (10), as propostas habitacionais para famílias de baixa renda. O prazo é o mesmo para o envio de toda a documentação necessária.

As propostas devem ser apresentadas à Caixa Econômica Federal.

A portaria do Ministério das Cidades (MCid) (nº 927/2025) especifica a meta de contratação da linha de atendimento subsidiada de 21.282 novas moradias em áreas urbanas, considerando todas as modalidades abaixo:

aquisição de terreno e elaboração de projeto de requalificação de imóveis (da União);

produção de unidades qualificadas.

A seleção, lançada em 2025 pelo governo federal, é destinada a entidades organizadoras sem fins lucrativos habilitadas Ministério das Cidades, com pelo menos três anos de atuação comprovada na área de habitação.

O programa apoia a produção social da moradia e a participação da população como protagonista na solução de seus problemas habitacionais.

A seleção das propostas observará aspectos técnicos de desenvolvimento urbano, eco-

nômico, social e cultural, sustentabilidade, redução de vulnerabilidades e prevenção de riscos de desastres.

Também serão consideradas a elevação dos padrões de habitabilidade, de segurança socioambiental e de qualidade de vida da população que será beneficiada.

Em 24 de fevereiro, será divulgado o resultado provisório da habilitação e enquadramento das entidades.

O resultado final da seleção será publicado em 27 de março. O Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades (MCMV-Entidades) é uma linha do programa federal que apoia a produção social da moradia e a participação da população como protagonista na solução de seus problemas habitacionais.

O estímulo à organização popular e à autogestão é voltada para famílias de baixa renda (Faixa I - até R\$ 2.850 mensais) organizadas por entidades privadas sem fins lucrativos.

O limite máximo de ajuda financeira (subvenção) do governo brasileiro varia entre R\$ 140 mil e R\$ 1.70 mil para casa; e entre R\$ 143,5 mil e R\$ 180,5 mil para apartamentos.

No Região Norte, os valores podem ainda ser acrescidos em 10%. O subsídio adicional se justifica pelos maiores custos de construção observados no região. Adicionalmente, os projetos de requisição também podem ser acrescidos em até 40%. (Agência Brasil)

Fazenda deve rever posição e aceitar retomada de Angra 3, mediante redução de tarifa

O Ministério da Fazenda deve rever sua posição e admitir a retomada das obras da usina nuclear de Angra 3, segundo dois integrantes do governo Lula (PT) ouvidos pela reportagem.

A pasta era o único polo de oposição ao projeto dentro do Executivo, devido aos custos envolvidos. Agora, está inclinada a concordar com sua continuidade, defendida pelo MME (Ministério de Minas e Energia), desde que o custo efetivo era menor do que o apontado pelo BNDES.

Simulações internas apontavam um custo financeiro de cerca de R\$ 9 bilhões com o pagamento de dívidas e fornecedores, entre outras obrigações. Outros R\$ 12 bilhões seriam a perda de remuneração do capital dos acionistas — que impacta o balanço da empresa.

Além disso, nem todo o gasto financeiro seria bancado pela União. A Axia permaneceu como fiadora de parte dos empréstimos mesmo após o acordo homologado pelo STF (Supremo Tribunal Federal) que livrou a companhia da obrigação de fazer investimentos adicionais em Angra 3.

Com a venda da fatia na Eletronuclear, a responsabilidade por essas garantias será repassada ao novo sócio privado.

Por outro lado, o governo ainda precisaria fazer um aporte na Eletronuclear para dar a ela condições de honrar os demais custos de encerramento da usina. Segundo interlocutores, esse fator levantou um ponto de atenção no Tesouro Nacional, pois a medida levaria à necessidade de cortar outros gastos do Orçamento.

Além disso, diante de uma despesa tão significativa para abandonar um projeto que já consumiu bilhões em recursos públicos, há o temor de que uma decisão nesse sentido gere questionamentos de órgãos de controle no futuro. Nas palavras de um técnico, ninguém quer "matar no peito" a ordem para desistir da construção de Angra 3.

Em caso de continuidade da obra, os custos seriam arcados pela própria companhia, mediante a contratação de novos financiamentos, e depois embutidos nas tarifas cobradas do consumidor, com menor risco de impacto imediato para o Tesouro.

Dentre desses cenários, a Fazenda está inclinada a concordar com a continuidade do projeto. Para isso, busca com outros ministérios saídas para tentar minimizar o impacto na conta de luz e dar fôlego financeiro à Eletronuclear, que enfrenta dificuldades financeiras.

Segundo um integrante da equipe econômica, a decisão do governo de não exercer o direito de preferência sobre a fatia privada da companhia e a perspectiva de retomada da obra devem ser o "fato novo" a justificar uma primeira medida: a nova suspensão do pagamento dos empréstimos que à Eletronuclear já tem com Caixa Econômica Federal e BNDES.

Na sequência, o governo pretende discutir com o sócio privado as soluções para tentar baratear a tarifa. Uma das possibilidades é tentar enquadrar o projeto nas linhas subsidiadas do Fundo Clima, operado pelo BNDES. No entanto, isso possivelmente demandaria mudanças no regulamento do fundo.

A estratégia de recorrer a linhas subsidiadas de crédito para tornar viável um projeto de energia tem precedentes. No passado, o governo

articulou a participação do FDA (Fundo Desenvolvimento da Amazônia) e do FNO (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte) no financiamento das obras do chamado Linhão Manaus-Boa Vista. Juntos, os dois fundos concederam

transmissão que leva energia elétrica a Roraima.

Por outro lado, a própria Fazenda já tentou, no fim do governo Michel Temer (MDB), viabilizar a retomada de Angra 3 com uma tarifa mais baixa, mas o projeto continuou paralisado. (Foto: Llapress)

EDITAL DE PROCLAMAS

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DISTRITO DE JD. SÃO LUIS

OFICIAL - DR. EVANICE CALADAS RODRIGUES DOS SANTOS

Faz saber que os seguintes se declaram presentes os documentos protocolados por lei:

Maurício Angeluti de Oliveira, brasiliense, solteiro, nascido aos 12/11/1980, gerente de projetos, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em Cajamar - SP, filho de Pedro Díaz de Oliveira e de Rosângela Angeluti de Oliveira e Tatiana Oliveira da Silva, brasiliense, divorciada, nascida aos 28/07/1979, funcionária pública, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Aurelino Moreira da Silva e de Olga Oliveira da Silva.

Jean Pierre de Carvalho, brasiliense, solteiro, nascido aos 12/11/1991, empresário, natural de Itatiaia, Rio de Janeiro e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Carvalho de Oliveira e de Maria Brasília Das Carvalhos, ambos brasilienses, Oliveira de Matos, brasiliense, solteira, nascida aos 21/01/2000, gerente administrativa, natural de Santa Maria - RS, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Acimar Silveira de Matos e de Lenir Oliveira de Assunção.

Eduardo Pava Rodrigues, brasiliense, solteiro, nascido aos 26/09/1998, assistente técnico, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de José Aparecido Ferreira Rodrigues e de Irene Abdon de Pava e Heloisa Mêndez de Araújo, brasiliense, solteira, nascida aos 01/06/2003, do lar, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Fabiano Mêndez de Araújo e de Daisy Mêndez de Araújo.

José Hugo Santos Mourato, brasiliense, solteiro, nascido aos 01/10/1992, conferente, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Antônio Hugo Pereira Mourato e de Jozelene Maria dos Santos, e Jennifer Kateline Ribeiro, brasiliense, solteira, nascida aos 31/03/2002, guarda civil, natural de Barueri - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Rogério Ribeiro e de Célia Cristina da Silva.

Matheus Lucas Vieira Ferreira, brasiliense, solteiro, nascido aos 07/03/1990, entregador, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Marcos Lucas Ferreira e de Carla Vieira Santos Ferreira, e Amanda Dantas Muniz, brasiliense, solteira, nascida aos 25/10/1995, podólogo, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Lucio Carlos dos Santos Muniz e de Maria Sineide Ferreira Dantas.

Aníbal Augusto Pereira, brasiliense, solteiro, nascido aos 06/03/1982, gerente, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Antônio Augusto Pereira e de Maria das Dores Rodrigues Pereira, e Raquel Santos Bispo, brasiliense, solteira, nascida aos 22/03/1993, supervisora de facilidades, natural de Araci - BA, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Israel Santos Bispo e de Maria Fagundes Santos dos Santos.

Adriano Lucas Coelho, brasiliense, solteiro, nascido aos 29/05/1992, motorista, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Damião Flôr Coelho e de EVA Ávila de Lima Coelho, e Eliane de Castro, brasiliense, solteira, nascida aos 29/05/1982, manicure, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Joá Batista Rodrigues e de Maria Józé do Carmo Rodrigues.

Ezequiel Laurentino dos Santos, brasiliense, solteiro, nascido aos 08/05/2002, operador de credenciamento médico, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Telma de Souza Laurentino dos Santos e de Sônia Nogueira Aguiar, e Sônia Nogueira Aguiar, brasiliense, solteira, nascida aos 17/05/2000, operadora de caixa, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Rogério Pinheiro de Aguiar e de Andria Maria Nogueira de Barros.

Levy Barbosa de Moura Santos, brasiliense, solteiro, nascido aos 29/03/2001, assistente de credenciamento médico, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Elias de Moura Santos e de Elizete Maria Barbosa, e Ana Paula Dominguez Gomes, brasiliense, solteira, nascida aos 10/02/2001, analista de recursos humanos, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Francisco Gomes e de Izabel Apredêncio Dominguez de Moraes.

José Adelmo Miguel dos Santos, brasiliense, solteiro, nascido aos 30/03/1991, repórter, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Joice Alves dos Santos e de Roseli dos Santos, e de Elizete Maria Barbosa, e Ana Paula Dominguez Gomes, brasiliense, solteira, nascida aos 13/09/1998, coordenadora pedagógica, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Maelice Flôr Coelho e de Marília Saraiva de Souza Pereira.

Edinaldo Cândido dos Santos, brasiliense, solteiro, nascido aos 03/08/1989, garçom, engenheiro civil, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Francisco Mário dos Santos e de Marlene Gómez Camargo dos Santos, e de Maria Fontenelle da Silva, brasiliense, viúva, nascida aos 15/03/1975, cozinheira, natural de Domingos Mourão - PI, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Francisco Lopes de Souza e de Francisca de Oliveira Fontenelle.

Vitor França da Silva, brasiliense, solteiro, nascido aos 09/10/1997, engenheiro civil, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Nelson Gomes da Silva e de Renata França da Silva, e Sara de Albuquerque Leite, brasiliense, solteira, nascida aos 06/07/2002, técnica de enfermagem, natural de Santo André - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Maelice França da Silva e de Francisco Leite e de Maria Sarava de Souza Pereira.

Kerlyne Costa Nogueira, brasiliense, solteiro, nascido aos 20/01/1999, motorista, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Luiz Nogueira Costa e de Karoline Vitoria Rodrigues de Melo, brasiliense, solteira, nascida aos 29/04/2002, analista financeiro, natural de São Paulo - SP, filha de Francisco Lopes da Silva e de Gleisiane de Melo e Gleisiane Rodrigues.

Luz Menezes da Silva Júnior, brasiliense, solteiro, nascido aos 02/01/2002, controlador de acesso, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Luiz Menezes da Silva e de Cristina dos Santos Cerqueira, e Larissa Cabral da Silva, brasiliense, solteira, nascida aos 26/05/1999, enfermeira, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Wilson Augusto Vilas Boas e de Liliane Lourenço da Silva.

Pedro Del Rio Ortiz, brasiliense, solteiro, nascido aos 19/06/1997, programador, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Valdemar Ferreira Ortiz e de Ana Paula Oliveira Ortiz, e Juliane Vieira Ortiz, brasiliense, solteira, solteira, nascida aos 13/10/1994, secretária, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Wilson Augusto Vilas Boas e de Liliane Lourenço da Silva.

Jeanas e Silvia Britto, brasiliense, divorciado, nascido aos 04/02/1985, fazendeiro, natural de Pernambuco - MA, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Isaac Lopes de Britto e de Josefa e Silvia Britto, e Joára Ricarte da Silva, brasiliense, solteira, nascida aos 12/01/1992, consultora de marketing, natural de Crôs - CE, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Aldenor Luis da Silva e de Josefa Ricarte da Silva.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da Lei. Editais fixados em cartório.

Prouni 2026: pré-selecionados devem comprovar informações até sexta

Os estudantes pré-selecionados na primeira chamada do Programa Universidade para Todos (Prouni), neste primeiro semestre de 2026, precisam entregar a documentação para a instituição privada de ensino superior (IES) em que foram pré-selecionados até sexta-feira (13), a fim de comprovar as informações prestadas no momento da inscrição.

O resultado referente ao processo seletivo do primeiro semestre foi divulgado na semana passada, com mais de 226 mil pré-selecionados. O candidato pode conferir o resultado no Portal Único de Acesso ao Ensino Superior, do Ministério da Educação, com login da pla-

taforma Gov.br

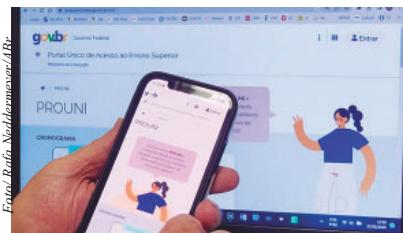
A edição de 2026 é a maior da história do Prouni, com a oferta de 595.374 bolsas, em 895 cursos de 1.046 instituições privadas de ensino superior de todo o país.

Entrega de documentos

O candidato pode comparecer à instituição de educação superior ou encaminhar a documentação necessária por meio virtual, conforme definido pela faculdade.

A instituição deverá disponibilizar, em suas páginas na internet, campo específico para o encaminhamento.

Se a entrega for presencial, a faculdade privada deverá orientar



tar colaboradores para receber a documentação fisicamente/nos locais de oferta de curso em que houver candidatos/pré-selecionados, nos horários de funcio-

namento da instituição.

Certificação do ensino médio

Para aqueles candidatos com 18 anos ou mais que fizeram o

Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2025 para obter certificação desta etapa de ensino e se enquadram nos pré-requisitos previstos no edital do Enem, podem requerer a declaração de conclusão.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) disponibilizou o documento autenticado, na Página do Participante do Enem, o que permitirá a pré-matrícula dos pré-selecionados em instituições de educação superior ou de candidatos do Prouni.

Segunda chamada

Para quem está de olho nas vagas remanescentes e não foi

selecionado, o resultado da segunda chamada sairá em 2 de março e a comprovação das informações será de 2 a 13 de março.

Lista de Espera

Para participar da lista de espera do Prouni, o candidato deverá manifestar seu interesse por meio do Portal Único de Acesso ao Ensino Superior nos dias 25 e 26 de março de 2026.

A lista estará disponível na página do Prouni, também no Portal Acesso Único, no dia 31 de março, para consulta pelas instituições de ensino superior e pelos candidatos. (Agência Brasil)

Confira como vão funcionar os bancos durante o carnaval



Os dias 16 e 17 de fevereiro serão pontos facultativos na administração pública federal, relativos ao período de carnaval. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) também estabeleceu ponto facultativo até as 14 horas da Quarta-feira de Cinzas.

Devido à folia do Momo, os bancos estarão fechados na segunda-feira (16) e na terça-feira (17) de carnaval e retomam atividades e atendimento presencial nas agências na Quarta-feira de Cinzas (18) a partir das 12 horas, no horário de Brasília. Neste dia, o encerramento das atividades ocorrerá no horário normal de fechamento das agências.

Em informe sobre o expediente bancário durante o período de carnaval, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) explicou que as compensações bancárias não serão efetuadas nessas datas, incluindo a à Transferência Eletrônica Disponível (TED). Mas os Pix vai funcionar 24 horas todos os dias, incluindo os feriados, e poderá ser feito normalmente.

Os caixas eletrônicos e os aplicativos de banco funcionam normalmente durante o feriado, caso o cliente precise de dinheiro vivo para gastar nos bloquinhos de carnaval ou em outras situações.

A Febraban orienta os usuários a lidar, preferencialmente, com os canais digitais, como sites e aplicativos nestes dias, para fazer transferências de valores e pagamento de contas.

Os boletos de cobrança e contas de consumo (água, energia, telefone, entre outros) com vencimento nos dias em que não há compensação (16 e 17 de fevereiro) poderão ser pagos, sem acréscimo de juros, na Quarta-feira de Cinzas.

No caso de tributos e impostos, caso vençam durante o carnaval, é necessário que o pagamento seja antecipado para evitar a incidência de juros e multa.

Nas cidades onde as agências fecham tradicionalmente antes das 15 horas, o início do expediente bancário será antecipado para garantir o mínimo de três horas de atendimento presencial ao público. (Agência Brasil)

Ministério Público de SP vai investigar superlotação em blocos de rua



O Ministério Público de São Paulo (MPSP) anunciou na segunda-feira (9) que vai investigar a superlotação nos blocos de carnaval na Rua da Consolação, região central da capital paulista, no domingo (8).

A averiguação será por meio da Justiça de Habitação e Urbanismo da Capital.

Dois megablocos, o da Skol, que tinha o DJ Calvin Harris como atração, e o Acadêmicos do Baixo Augusta, estavam programados para desfilar em horários distintos, mas atrasos fizeram com

que acabasse se encontrando. Devido à grande quantidade de pessoas, houve muita confusão, tumulto e foliões sendo pressionados contra as grades de proteção.

Segundo o Corpo de Bombeiros, 30 pessoas foram atendidas no local, sem necessidade de encaminhamento para prontos-socorros.

A confusão fez a Prefeitura de São Paulo, por volta das 15h, acionar um plano de contingência para abrir as ruas paralelas à da Consolação. (Agência Brasil)

Após vazamento, Justiça paralisa atividades da Vale em complexo de Minas Gerais

A Justiça de Minas Gerais determinou a paralisação, com efeito imediato, de todas as atividades da mineradora Vale no Complexo Mineral de Fábrica, na cidade mineira de Ouro Preto, após danos ambientais causados por um vazamento de água e rejeitos ocorrido 25 de janeiro. A decisão foi assinada na última sexta-feira (6).

A paralisação foi concedida

a pedido do governo estadual e

do Ministério Público de Minas Gerais.

Pela decisão, as atividades

somente poderão ser retomadas

quando for comprovada tecnicamente a estabilidade e segu

rança de todas as estruturas do complexo.

Em caso de descumprimento, a Vale fica sujeita a multa diária de R\$ 100 mil, até o limite de R\$ 10 milhões.

O vazamento em uma das casas da mina de Fábrica atingiu cursos d'água responsáveis por alimentar o rio Paraopeba, causando assoreamento de córregos e danos à vegetação, que atrev

eu a área urbana da

cidade, antes de se encontrar

com o rio Maranhão, já na área

central de Congonhas.

O rio Goiabeiras é afluente do

rio Maranhão e este, por sua vez,

deságua no Paropeba, o mesmo

que passa por Brumadinho e foi

atingido pelo rompimento de uma

barragem da Vale em 25 de janeiro

de 2019, há sete anos.

Houve extravasamento de 263 mil metros cúbicos de água turva que continha minério e outros materiais do processo de beneficiamento mineral. Segundo o MP, houve falha no sistema de drenagem do reservatório da mina.

O órgão também acusa a Vale de demorar dez horas para comunicar o vazamento para as autoridades, dificultando a resposta da Defesa Civil.

O material levado pelo vazamento chegou a atingir uma área de outra mineradora - a CSN - provocando danos materiais. Depois, essa lama chegou ao rio Goiabeiras, que atrev

eu a parte da área urbana da

cidade, antes de se encontrar

com o rio Maranhão, já na área

central de Congonhas.

O rio Goiabeiras é afluente do

rio Maranhão e este, por sua vez,

deságua no Paropeba, o mesmo

que passa por Brumadinho e foi

atingido pelo rompimento de uma

barragem da Vale em 25 de janeiro

de 2019, há sete anos.

Em paralelo, o Ministério Pú



blico Federal (MPF) também acionou a Justiça e pediu o bloqueio de mais de R\$ 1 bilhão da Vale para garantir a reparação dos danos ambientais e materiais.

Posicionamento

Em posicionamento enviado à Agência Brasil, a Vale disse que já havia paralisado as atividades nas duas minas - de Fábrica e Viga - em que ocorrem vazamentos. Ambas ficam dentro do Complexo de Fábrica, entre os municípios de Ouro Preto e Congonhas.

Segundo a empresa, a prefei

tura de Congonhas suspendeu os alvarás de funcionamento das minas envolvidas.

"A Vale reitera seu compromisso com a segurança das pessoas e de suas operações, esclarecendo que suas barragens na região seguem com condições de estabilidade e segurança inalteradas, sendo monitoradas 24 horas por dia, 7 dias por semana", diz o texto.

A companhia acrescentou que irá colaborar "integralmente com as autoridades competentes e prestando todos os esclarecimentos necessários". (Agência Brasil)

Ministros defendem mais parcerias em investimentos em infraestrutura



Em seminário no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ministros da área de infraestrutura defenderam, na segunda-feira (9), que os investimentos em áreas como rodovias, portos, aeroportos, saneamento e ferrovias sejam feitos em parceria com a iniciativa privada.

O titular da pasta das Cidades, Jader Barbalho Filho, ressaltou que investimentos têm que ser uma política permanente.

"O Brasil só vai avançar se nós tivermos investimentos, e gerar isso, tem que ser uma parceria perene nesse país para que os projetos continuem sendo produzidos, para que os investimentos continuem acontecendo, e o Brasil entre em um processo de crescimento", defendeu.

Na plateia do seminário, estavam representantes do setor privado, como empresas que atuam no setor de infraestrutura, bancos e gestoras de re

uros.

"A mensagem que nós vímos trazer hoje aqui é que vamos apoiar os investimentos", disse o ministro aos pre

sententes.

O ministro citou os esforços do governo para redução do déficit habitacional por meio do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV).

Segundo Jader Filho, até o fim de 2026 o ministério chegará a 3 milhões de contratos assinados com as famílias beneficiadas.

A confusão fez a Prefeitura de São Paulo, por volta das 15h, acionar um plano de contingência para abrir as ruas paralelas à da Consolação. (Agência Brasil)

do como indutor do desenvolvimento, o ministro das Cidades apontou que, sem a parceria com a iniciativa privada, metas relacionadas à mobilidade e saneamento não serão alcançadas.

Em conversas com jornalistas após a participação no evento, o ministro assinalou que o governo investiu R\$ 60 bilhões em saneamento, mas precisa também de recursos privados.

"Só assim a gente vai conseguir chegar na universalização de abastecimento de água e esgoto até 2033", declarou Barbalho Filho.

Atração externa

O ministro dos Transportes, Renan Filho, destacou que o Brasil tem o maior pipeline (horizonte de projetos) de concessão de rodovias do mundo.

"Nós vamos contratar R\$ 400 bilhões em investimentos privados em parceria com a iniciativa privada", anunciou, se referindo a obras em rodovias, ferrovias e mobilidade.

"Obviamente, os R\$ 400 bilhões não serão investidos apenas em quatro anos, é um ciclo

maior", esclareceu.

BNDES

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, apontou que o país enfrenta um "hiato" (defasagem) de investimentos em infraestrutura equivalente a 1,74% do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos no país).

"Precisamos de um investimento mínimo no patamar de R\$ 218 bilhões por ano", defendeu.

Mercadante enfatizou que o novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), conjunto de investimentos do governo federal, alcançou R\$ 788 bilhões desde o lançamento, em 2023.

"Estamos muito otimistas que vamos chegar a R\$ 1 trilhão", sustentou.

O BNDES é um banco público vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e tem como função fomentar o desenvolvimento do país.

No evento, Mercadante anuciou que o banco público aprovou financiamento de R\$ 9,2 bilhões para a concessionária EPR Iguá realizá obras de

melhorias nos 662 quilômetros de rodovias das regiões oeste e sudeste do Paraná (BR-163, BR-277, PR-158, PR-180, PR-182, PR-280 e PR-483).

Mercado de capitais

A diretora de Infraestrutura, Transição Energética e Mudança Climática do BNDES, Luciana Costa, defendeu a participação do banco de fomento no mercado de capitais, ambiente financeiro no qual são negociados valores mobiliários como títulos de dívidas, ações de empresas e participação em fundos de investimentos. É uma forma de as empresas captarem recursos para investimentos.

"O BNDES quer dividir os riscos com os bancos, mas a gente vai dividir os retornos também", disse.

"O mercado de capitais aqui não tem profundidade de prazo e de volume que mercados mais desenvolvidos têm. Mas está crescendo, e o BNDES está fazendo crescer", disse, acrescentando que o banco tem uma carteira de R\$ 80 bilhões em debêntures (títulos de dívidas de empresas).

Captiação

O diretor-executivo da B3 (bolsa de valores de São Paulo), Gilson Finkelsztain, ressaltou que o mercado de capitais se transformou na maior fonte de captação para as empresas.

"Dez, 12 anos atrás, havia somente o financiamento bancário", lembrou.

Segundo o executivo, em 2025 a economia brasileira teve R\$ 496 bilhões só em debêntures, sendo R\$ 172 bilhões de infraestrutura. (Agência Brasil)